



Senado aprova aplicação de novo indexador da dívida dos estados

De acordo com projeto, que volta à Câmara, a União terá até 31 de janeiro de 2016 para colocar em prática novo índice de correção dos débitos

O Plenário aprovou o projeto que obriga o governo a aplicar o novo indexador das dívidas dos estados e municípios, estabelecido em 2014 e não aplicado por falta de regulamentação. A mudança no índice beneficia governadores e prefeitos. O governo não regulamentou a troca do índice porque, neste momento de ajuste fiscal, não quer perder receitas. O texto aprovado, porém, não prevê a revisão imediata das regras. A União terá até 31 de janeiro de 2016 para aplicar o novo indexador. A oposição criticou a data. O texto aprovado na Câmara dava ao governo 30 dias para mudar os contratos. **11**

Senadores conversam na sessão em que aprovaram a revisão das dívidas dos estados: aplicação da regra até 31 de janeiro de 2016



Jonas Pereira/Agência Senado

Ministro da Cultura critica Lei Rouanet e pede mudança

Juca Ferreira afirmou em audiência que o atual modelo de incentivo ao

setor concentra recursos no Sudeste e nas mãos de poucos produtores. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Juca Ferreira defende projeto do governo que altera legislação em vigor

Renan: permitir terceirização total é 'retrocesso' **4**

Nova Lei da Biodiversidade depende do aval de Dilma **6**

MP do Futebol fará debate com especialistas do esporte **10**

Senadores cobram soluções da Petrobras para investimentos

Em debate com o presidente da estatal, Aldemir Bendine, parlamentares

lembraram obras que podem ser prejudicadas pela crise da empresa. **5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Bendine apresenta balanço que revelou prejuízo de R\$ 21,6 bilhões em 2014



André Cortez/Agência Senado

Representante das universidades particulares, Elizabeth Guedes fala em audiência presidida por Cristovam Buarque

Comissão apresentará soluções para o Fies

Com base na audiência pública realizada na Comissão de Ciência e Tecnologia, que ouviu representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério Público, de faculdades particulares e

de entidades de estudantes e de professores, Cristovam Buarque avisou que vai elaborar documento com sugestões. Governo prometeu melhorar site para renovação de contratos, mas novos continuam suspensos. **9**

Violência contra mulheres policiais será investigada **3**

Frente parlamentar quer frear 'pauta conservadora' **2**

Com adesão inicial de 13 parlamentares, grupo vai tentar bloquear o avanço de projetos em análise na Câmara considerados retrocessos, como o que amplia a terceirização e o que reduz a maioria penal

Senadores lançam frente contra “pauta conservadora”

SENADORES DE VÁRIOS partidos anunciaram ontem a criação de uma frente progressista suprapartidária para tentar bloquear o avanço de projetos como a regulamentação da terceirização (PL 4.430/2004), o Estatuto da Família (PL 6.583/2013), a redução da maioria penal (PEC 171/1993) e mudanças no Estatuto do Desarmamento (PL 3.722/2012). Treze senadores participaram da reunião de lançamento da frente, mas a meta é conseguir 35 adesões.

De acordo com João Capiberibe (PSB-AP), eles estão muito preocupados com uma agenda

considerada conservadora, que “pegou todos de surpresa”.

— Há um enfraquecimento do Poder Executivo e a Câmara aproveitou para ocupar esse espaço com uma agenda que diz mais respeito à questão de comportamento do que às questões políticas de fundo.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), em vez de avançar na reforma política, estão sendo votados projetos que afetam conquistas sociais.

— Não podemos deixar que haja uma regressão no que se refere ao Estatuto do Desarmamento, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, rebaixando

a maioria penal. Não podemos deixar que este país regreda socialmente, em vez de avançar politicamente.

Lindbergh Farias (PT-RJ) esclareceu que a frente não tem relação com suposta disputa entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha:

— Claro que, no projeto da terceirização, a posição do presidente do Senado nos agrada. Queremos tramitar a matéria por todas as comissões. O Senado pode ser um contrapeso a essa agenda reacionária e agressiva, que é presidida pelo presidente da Câmara.

Casa abre hoje exposição com 100 fotos marcantes de 2014



Pedro Franco/Agência Senado

O amanhecer do Congresso refletido no espelho d'água está na mostra

Os momentos mais marcantes do Senado em 2014 poderão ser revistos a partir de hoje, quando será inaugurada a exposição *100 Fotos de 2014*. A seleção de imagens registradas pelos fotógrafos da Agência Senado mostra a alta produtividade da Casa, mesmo com calendário apertado por Copa do Mundo e eleições. A mostra será aberta

às 12h no final do chamado Túnel do Tempo, corredor que liga o Plenário aos gabinetes, e ficará até 17 de maio.

A aprovação de propostas de interesse público ganhou protagonismo, como a PEC do Trabalho Escravo e o novo Código de Processo Civil.

Acesse a seleção de imagens:
<http://bit.ly/100fotos2014>

André Corrêa/Agência Senado



Grupo de parlamentares, que é suprapartidário, quer alcançar 35 adesões. Estatuto da Família é um dos textos discutidos

Capiberibe pede revisão da Lei da Anistia

João Capiberibe (PSB-AP) comunicou em Plenário ontem a criação de uma frente suprapartidária formada por 14 senadores com o objetivo de se contrapor ao que chamou de forças conservadoras que se encontram na Câmara, visando, segundo disse, reprimir conquistas da sociedade.

Entre os itens da pauta conservadora, disse Capiberibe, estão a redução da maioria penal, a criação do Estatuto da Família, o projeto que regulariza a terceirização para atividades-fim e a alteração do

Estatuto do Desarmamento.

O senador também homenageou a ativista política Inês Etienne Romeu, que morreu na segunda-feira aos 72 anos. Ela era a única sobrevivente da chamada Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). No local, funcionava um centro de tortura para onde os militares, durante a ditadura, enviavam adversários do regime.

Estima-se que cerca de 20 pessoas morreram lá, e Inês assistiu ao assassinato de pelo menos 5. Ela sobreviveu, mas os traumas e as sequelas da

tortura nunca a abandonaram, disse o senador. Ele defendeu a revisão da Lei da Anistia.

— Se nesta Casa quisermos e decidirmos dar uma grande contribuição para redução da violência, precisamos fazer a revisão da Lei da Anistia. Porque a impunidade dos torturadores é que fez com que a prática da tortura pelo aparelho de segurança atravessasse o tempo e chegasse até hoje, com desaparecimentos, com massacres terríveis que continuam acontecendo todos os dias no país.

Paim agradece a equipe médica por recuperação

Após ter passado por cirurgia para retirada de pedras na vesícula biliar, Paulo Paim (PT-RS) agradeceu a todos que o apoiaram em sua recuperação. O senador foi operado na sexta-feira, teve alta no domingo e retornou aos trabalhos no Senado no dia seguinte. Ele contou ontem, em Plenário, que foi internado na quarta-feira passada no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, após sentir fortes dores no abdômen. Exames indicaram a necessidade da cirurgia.

Paim agradeceu à equipe do Senado que o conduziu ao hospital, aos profissionais de saúde que o atenderam e também aos senadores e a todos de quem recebeu manifestações de solidariedade.

Delcídio é o novo líder do governo no Senado

Delcídio do Amaral (PT-MS) foi anunciado ontem novo líder do governo no Senado. A indicação foi lida em Plenário pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. O cargo estava vago desde fevereiro. O senador agradeceu pela escolha e afirmou que tentará não decepcionar.

— Espero fazer uma liderança serena, de diálogo, que sabe ouvir todo mundo. E espero que Deus nos ajude nessa caminhada — afirmou Delcídio, que também preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ele foi saudado por Gleisi Hoffmann (PT-PR), para quem o governo ganhou um “excelente líder, de competência e brilhantismo”. A base aliada conta com pelo menos oito partidos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Crédito para o BNDES

11h Votação do PLV 2/2015, que autoriza o governo federal a conceder crédito de R\$ 30 bilhões para o BNDES; às 14h, sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Frente progressista

11h Renan Calheiros preside sessão deliberativa extraordinária. Às 12h, o presidente da Casa recebe os senadores Lindbergh Farias e João Capiberibe, acompanhados por um grupo de parlamentares que integram frente progressista suprapartidária.

CI Ministro dos Transportes

8h30 Audiência pública com o ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, e representantes do Dnit e do TCU.

CAS Tabela de preços de saúde

9h Entre os 9 itens da pauta, está o PLS 92/2014, que obriga estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços.

CDR Atuação da Sudeco

9h Audiência pública interativa aborda os investimentos a serem realizados pela Superintendência do Centro-Oeste (Sudeco) nos próximos quatro anos e informações sobre o período de 2011 a 2014.

CCT Ciência sem Fronteiras

9h30 Audiência pública interativa avalia a política pública de formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência sem Fronteiras.

CCJ Indicação para o STF

10h Após analisar pauta com 14 itens, a comissão examina a indicação de Luiz Edson Fachin para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

CE Bolsa Permanência

10h30 Audiência pública interativa debate o Programa de Bolsa Permanência com a representante da Fundação Nacional do Índio, Sirlene Bendazzoli.

CDH Crimes de terrorismo

11h A comissão tem reunião deliberativa com 17 itens, entre eles o PLS 499/2013, que define crimes de terrorismo, e o PLS 129/2007, que trata do Conselho Monetário Nacional.

SÃO FRANCISCO Transposição

11h30 A Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco elege o vice-presidente e aprecia plano de trabalho.

CMMC COP-21

14h30 A comissão realiza audiência pública interativa preparatória para a COP-21, com a presença do subsecretário-geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, José Antônio Marcondes de Carvalho.

MP 665/2014 Relatório final

14h30 Continuação da análise do relatório da MP que aumenta o rigor para a concessão do abono salarial, do seguro-desemprego e do seguro-defeso dos pescadores artesanais.

PARLASUL Representação

15h Eleição do vice-presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

CONSELHO Diploma José Ermírio

15h30 O conselho do Diploma José Ermírio de Moraes se reúne para escolher os agraciados da 6ª premiação.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Foram aprovados quatro requerimentos. Um deles é para ouvir autoridades paulistas sobre o caso de abuso e tortura da travesti Verônica

Comissão fará debate para apurar violência contra policiais femininas

A EXPERIÊNCIA DA Bahia para prevenir casos de agressão contra mulheres, no programa intitulado Ronda Maria da Penha, criado em agosto do ano passado, deverá ser apresentada na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A audiência está incluída entre os quatro requerimentos aprovados ontem na comissão presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

O programa, segundo a deputada Moema Gramacho (PT-BA), autora do requerimento, visa inibir a violência de gênero e garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e sob medida protetiva. A ideia do projeto é prevenir que elas sejam vítimas de novos crimes. A ronda é capitaneada pelas secretarias estaduais de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Segurança Pública (SSP), além do Ministério Público da Bahia, Defensoria Pública e as varas especializadas. Em função da relevância da ação, que já obteve resultados positivos em outros estados, a deputada propôs que sejam convidados para a audiência o secretário de Segurança Pública da Bahia, Maurício Barbosa, e a secretária estadual de Políticas para as Mulheres, Olívia Santana.

Outro requerimento aprovado foi da deputada Keiko Ota (PSB-SP), vice-presidente da comissão, para discutir em audiência pública a violência contra mulheres policiais.

Na justificativa, a deputada apontou pesquisa pioneira do Fórum Brasileiro de Segurança



Simone Tebet, entre deputadas Luizianne Lins e Keiko Ota, preside a Comissão de Combate à Violência contra a Mulher

e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo a qual 40% das policiais brasileiras já sofreram assédio sexual ou moral dentro das próprias corporações. Na maior parte das vezes, quem assedia é um superior. Devem ser convidadas para o debate as soldadas vítimas de violência Kátia Flávia Caixeta de Queiroz e Marcela Fonseca Oliveira, além de representante do Fórum Brasileiro de Segurança.

Diligência

Já a deputada Carmen Zannotto (PPS-SC) requereu que sejam solicitadas aos governos estaduais informações sobre se foram atendidas ou não as recomendações contidas no relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher, no capítulo relativo à situação de enfrentamento à violência contra mulheres nos estados. No requerimento, a parla-

mentar lembra que o relatório final, discutido e aprovado em junho de 2013, apresentou diversas sugestões. Para ela, é importante que a comissão mista possa conhecer as ações desenvolvidas pelos estados para atender essas recomendações.

Ainda foi aprovado um requerimento extrapauta, apresentado pelos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Erika Kokay (PT-DF) para que seja realizada diligência solicitando depoimentos de autoridades para averiguar os excessos e os abusos relacionados à prisão da travesti Verônica Bolina, em São Paulo. Deverão ser ouvidos o secretário estadual de Segurança Pública, Alexandre de Moraes; o delegado-geral de Polícia Civil de São Paulo, Youssef Chahin; o delegado do 2º Distrito Policial de Bom Retiro, Luiz Roberto Hellmeister;

o comandante do Grupo de Operações Especiais (GOE); e a coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual (órgão da Secretaria de Justiça de Defesa da Cidadania), Heloísa Alves.

Em 10 de abril, Verônica foi presa por tentativa de homicídio na capital paulista e levada ao 2º Distrito Policial, no bairro do Bom Retiro. De acordo com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Verônica sofreu agressão em vários momentos por parte de policiais vestidos com uniforme de cor preta (em referência ao GOE). Em seguida, foi exposta dentro do pátio de uma carceragem masculina, algemada, seminua e com o rosto desfigurado por espancamento. Conforme a Defensoria Pública, há indícios de tortura, maus-tratos, abusos, exposição indevida da imagem, coação e constrangimento ilegal.

Sessão do Congresso para análise de vetos fica para terça-feira

A sessão do Congresso para exame de vetos, agendada para ontem, foi adiada para terça-feira. Na pauta, o veto parcial da presidente Dilma à lei que restringe a fusão de partidos políticos (Lei 13.107/2015). Dilma extinguiu dispositivo que previa prazo de 30 dias para que políticos migrassem, sem perda de mandato, para as legendas surgidas de fusões.

Para o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), o exame do veto não deve ser difícil, apesar de divergências quanto à lei que restringe a fusão dos partidos.

Também na pauta, os vetos ao novo Código de Processo Civil e a projeto que trata de campanhas para manejo de lixo. (Com Agência Câmara)

Ajuze quer apoio para PEC sobre composição de tribunais eleitorais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajuze), Antônio César Bochenek, o vice-presidente, André Granja, e representantes regionais. Eles pediram apoio para aprovação da PEC 31/2013, que altera a forma de escolha dos membros dos tribunais eleitorais.

A PEC fixa a participação da OAB na elaboração de lista sêxtupla para a vaga de juiz eleitoral destinada a advogados tanto para o Tribunal Superior Eleitoral quanto para os tribunais regionais. Prevê ainda a eleição do corregedor regional eleitoral entre os juizes de direito ou juizes federais, à exceção dos desembargadores do TJ.

Relator reduz prazo de contribuição para pensão por morte

O relator da Medida Provisória 664/2014, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), apresentou ontem, na comissão mista que analisa a matéria, parecer com diversas modificações em relação ao texto do governo.

A principal novidade é a redução, de 24 para 18 meses, do prazo mínimo de contribuição para que a pensão por morte seja concedida ao cônjuge ou companheiro — a Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991), alterada pela MP, não exigia carência. A medida também exige tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável, que foi mantido pelo relator — outra regra que não existia na lei.

De acordo com o parecer, se o segurado morrer antes de completar as 18 contribuições ou se o casamento tiver menos de 2 anos, o parceiro terá direito a 4 meses de pensão. Esse dispositivo não constava no texto original da MP.

Como houve pedido de vista coletivo,



O relator da MP 664, Carlos Zarattini, e o presidente da comissão mista, senador José Pimentel

o relatório somente será votado na próxima reunião, em 5 de maio. Até o final da discussão, deputados e senadores podem apresentar destaques.

Além de passar pela comissão mista, a MP 664 precisa ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado até 1º de junho, último dia de vigência do texto.

A medida faz parte de um conjunto de ações anunciadas desde então pelo governo para reduzir os gastos públicos.

Outro ponto importante do relatório foi a exclusão das regras que previam uma cota familiar para o valor da pensão. Pelo texto da MP, a pensão equivale a 50% do benefício do segurado que

morreu, mais 10% por dependente até o máximo de 100%. Para Zarattini, essa regra traria pouca economia para o governo, mas teria grande impacto na vida dos pensionistas.

Zarattini também alterou as regras para as faixas etárias que determinam a duração da pensão. Até 21 anos, o cônjuge tem direito a 3 anos do benefício. De 21 a 26, a 6 anos; de 27 a 29, a 10 anos; de 30 a 40, a 15 anos; de 41 a 43, a 20 anos; de 44 em diante, a pensão passa a ser vitalícia. O texto da MP traz regra diferente, que leva em conta a expectativa de vida do cônjuge ou companheiro. Mas o relator considerou esse modelo de “difícil explicação, compreensão e previsibilidade para os beneficiários”.

No caso do auxílio-doença, o relator manteve a obrigação de a empresa pagar ao empregado o salário durante os 30 primeiros dias de afastamento, o dobro do que previa a legislação anterior.

(Da Agência Câmara)

Renan rejeita terceirização da atividade-fim

Presidente do Senado recebe ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a quem manifestou suas preocupações quanto à atitude dos setores empresariais que apoiam o projeto

APÓS A CHEGADA ao Senado do PL 4.330/2004, que regulamenta e expande a terceirização no país, o presidente da Casa, Renan Calheiros, voltou a criticar o teor do projeto. Aprovado pela Câmara na semana passada, o texto permite que empresas contratem trabalhadores terceirizados para todas as áreas, inclusive para as atividades-fim. Na opinião de Renan, a medida é um “retrocesso”.

— Todos nós defendemos a regulamentação. Tem que ampliar a segurança jurídica e tirar trabalhadores e empresários da zona cinzenta. Mas não podemos permitir que a terceirização da atividade-fim se faça sem limite. Não pode liberar geral. Isso precariza as relações de trabalho, desqualifica o trabalhador e desorganiza a economia cada vez mais — declarou.

Renan se reuniu com o mi-

nistro da Fazenda, Joaquim Levy, ontem e os dois conversaram sobre o PL 4.330. O presidente do Senado manifestou suas preocupações a Levy e questionou a atitude dos setores empresariais que apoiam o projeto:

— Não tem absolutamente nenhum sentido, no momento em que o Estado aumenta impostos e juros, as empresas e o sistema financeiro acharem que vão resolver o problema da produtividade transferindo a conta para o trabalhador.

Sobre declarações do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, de que traria projetos do Senado caso a terceirização não fosse apreciada logo, Renan afirmou:

— Não vou rebaixar a discussão entre Câmara e Senado a esse patamar.

Renan também conversou com Levy sobre o ajuste fiscal que o Executivo tenta fazer, de



Renan afirma que não há sentido em sistema financeiro resolver problema da produtividade penalizando o trabalhador

modo a equilibrar receitas e gastos públicos. O presidente do Senado reforçou a tese de que o mais importante não é a dimensão do ajuste em valores, mas a contribuição que pode dar ao funcionamento dos órgãos de Estado. Ele defende que a máquina estatal também passe por mudanças.

— Lembrei ao ministro que o

que o Congresso tem buscado é a qualidade do ajuste. Estamos preocupados com o como, não com o quanto. Um ajuste fiscal tem que cortar no Estado, tem que fazer a reforma do Estado.

Sem essa perspectiva, segundo Renan, o ajuste não surtirá efeito. Ele também sugeriu que a atual impopularidade da presidente Dilma tem a ver com o

direcionamento das medidas, que considera errôneo, por considerar mais voltado para o corte de benefícios sociais.

— Esse ajuste não é fiscal, é trabalhista. A presidente não pode fazer isso. Se fizer, vai continuar não tendo condições de falar [em cadeia nacional de rádio e TV] no 1º de maio — alertou.

Empresários e trabalhadores são ouvidos

O presidente do Senado passou a tarde de ontem com representantes da indústria e dos trabalhadores discutindo o projeto de terceirização de mão de obra. Ao final, Renan Calheiros disse que tanto as centrais sindicais quanto a própria presidente da República, Dilma Rousseff, precisam ter claro como deve ser a regulamentação da terceirização:

— O que está em jogo é uma nova opção de desenvolvimento. Você querer terceirizar a atividade-fim significa querer precarizar as relações de trabalho e deteriorar o produto nacional. Tirar completamente a competitividade. Eu acho que é esse o debate que precisa ser feito e as centrais precisam claramente dizer o que acham.

Atendendo a recomendação de Renan, as centrais disseram o que pensam. O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, defendeu que o Senado apresente nova proposta para tratar só da situação dos terceirizados, sem mexer com os direitos dos demais. Segundo ele, o presidente do Senado assegurou que a proposta não vai ser votada no afogadilho, mas terá uma análise normal.



Robson de Andrade, da CNI, afirma que o projeto beneficia 12 milhões

No entanto, foi enfático ao dizer que se as negociações não progredirem, os trabalhadores vão parar:

— Se tudo isso não funcionar, vamos fazer uma greve contra o projeto da terceirização.

Renan deixou claro, porém, que o projeto é uma agenda do Legislativo. Para ele, não é papel das centrais dizer como o Senado deve agir:

— Nós estamos vivendo um momento de ativismo legislativo. O Legislativo está demonstrando, mais do que nunca, que sabe o que quer e as centrais não podem dizer o que a gente pode fazer ou não.

Também na defesa de mudanças no projeto, o presidente do PDT, Carlos Lupi, disse ao presidente do Senado que a ideia pode acabar com a Consolidação das Leis do Trabalho



Vagner Freitas, da CUT, quer manter os atuais direitos dos trabalhadores

(CLT) e defendeu um debate aprofundado da proposta:

— Apresentamos nossa reivindicação ao presidente do Senado para que tenha um trâmite tranquilo, normal no Senado, não como foi na Câmara, apressado demais.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, garantiu que o projeto da terceirização é importante para a economia como um todo. Segundo ele, mais de 12 milhões de trabalhadores aguardam pela regulamentação do trabalho terceirizado.

— Estamos dispostos a negociar, mas pedimos ao senador que a proposta seja votada. Ele entendeu e estamos marcando uma reunião mais técnica para apresentarmos a proposta — informou o dirigente.

Direitos trabalhistas têm que ser preservados, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção para a tramitação na Casa do projeto de lei da terceirização de mão de obra. Para ela, o projeto tem que ser aprovado ao desemprego, é a reativação sustentável da economia e o combate à crise com a atração de mais investimentos e desenvolvimento da economia, ajudando na geração de empregos — afirmou a senadora.



disputas políticas e das vaidades pessoais.

— Tão importante quanto garantir os direitos dos trabalhadores, que são cláusulas pétreas, e o combate

Projeto de lei será discutido com centrais sindicais, TST e ministro

O Senado promove, no próximo dia 12 de maio, sessão temática para debater o PL 4.330/2004, que regulamenta a terceirização no país. A proposta, ainda sem número no Senado, foi lida em Plenário ontem pelo presidente Renan Calheiros. O Senado vai convidar o ministro do Trabalho, Manoel Dias; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Barros Levenhagen; representantes patronais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC); e representantes sin-

dicais e do Ministério Público do Trabalho.

Renan explicou que o projeto vai iniciar a tramitação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), passando depois pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

— O debate aqui será travado como sempre, democraticamente, com absoluta transparência, com participação de todos. Eu acho que esse é um debate fundamental, o país precisa muito dele — assegurou Renan Calheiros.

Senado realizará sessão temática sobre crise e desenvolvimento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que a Casa vai realizar uma sessão temática destinada a debater a crise e as perspectivas de longo prazo para o Brasil. O horário da sessão ainda será definido.

A sessão temática foi requerida por Roberto Requião (PMDB-PR) e deverá

contar com a participação do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, dos economistas Carlos Lessa e Marcio Henrique Monteiro de Castro e do engenheiro Darc Antonio da Luz Costa.

Poderão participar os economistas Armínio Fraga, Samuel Pessoa e Marcos Lisboa.

Na justificativa, Requião argumenta que o Brasil vem passando por “profunda crise de natureza econômica, política e com riscos de crise institucional”. Para o senador, é preocupante que o país não tenha “visão de longo prazo, projeto estratégico, projeto nacional”. “O Brasil necessita, com urgência,

de um projeto nacional que oriente o governo, o Congresso, os partidos, o capital produtivo, a classe trabalhadora, a política externa. Enfrentar a crise que se avoluma e se aprofunda exigem planejamento estratégico e projeto nacional”, afirma Requião no documento.

Presidente da estatal afirmou que a empresa dedicará 80% dos recursos à exploração e à produção de gás e petróleo e reduzirá investimento em outras áreas

Senadores temem que caso Petrobras afete estados

COM A PETROBRAS mergulhada numa crise financeira e em escândalos de corrupção, os senadores mostraram-se preocupados com os investimentos da companhia nos estados. Na audiência das Comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizada ontem, lembraram obras e projetos que correm risco de serem prejudicados neste momento em que a estatal tenta se reestruturar. Os senadores cobraram soluções do presidente da Petrobras, Aldemir Bendine.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) citou que o Espírito Santo é o segundo maior produtor de petróleo e gás do país e tudo o que acontece com a Petrobras tem impacto na economia local.

— A minha indignação é contra esse amontoado de delinquência. Para falar em futuro, é preciso que revisitemos o passado, para que coisas como essa não voltem a acontecer — disse o senador, que cobrou o compromisso da empresa com a construção de uma fábrica de fertilizantes no norte do Espírito Santo.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) reclamou da promessa de implantação de refinarias no Ceará, no Maranhão e em Sergipe. Segundo o senador, governos e prefeituras gastaram bilhões, mas os empreendimentos não saíram do papel.



Senadores assistem à fala do presidente da Petrobras, Aldemir Bendine: parte das obras planejadas não será executada

— Alguns líderes políticos ainda dizem que estão lutando pela refinaria do Ceará. Mas esse capítulo está liquidado. Não existe essa possibilidade. Eu só queria a verdade, que o governo tomasse outra direção, e não ficasse vivendo em cima de mais uma mentira.

Sonhos destruídos

Reclamação semelhante fez Lasier Martins (PDT-RS), que narrou a frustração do Rio Grande do Sul com a paralisação do Polo Naval de Rio Grande, que construía duas plataformas de petróleo:

— Para lá, correram comerciantes de toda ordem, construindo hotéis, restaurantes, pousadas e escritórios, na expectativa de que haveria a redenção econômica da região. A Petrobras seria a solução. En-

tretanto, há duas plataformas paralisadas, uma frustração grande e sonhos destruídos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM) cobraram investimentos na exploração de potássio no Amazonas, onde está terceira maior jazida do mundo.

Omar lembrou que a presidente Dilma Rousseff prometeu investimento de R\$ 11 bilhões por parte da Petrobras no setor de fertilizantes:

— Queria saber quanto e onde o dinheiro foi investido porque no meu estado não foi investido nada. Como é que o Brasil, um país agrícola, não tem uma indústria de fertilizantes, tendo a terceira maior jazida de potássio do mundo?

Waldemir Moka (PMDB-MS) citou a construção de uma indústria de fertilizantes em

Três Lagoas (MS), cujas obras estão 80% concluídas.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) quis saber a situação de poços leiloados no Pará e no Maranhão, visto que já há uma grande movimentação em Salinas (PA), onde seria o ponto de apoio para o início da exploração.

Compensação

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu detalhes da situação da Refinaria Clara Camarão, da Termelétrica Jesus Soares Ribeiro e de campos de petróleo no Rio Grande do Norte.

O presidente da Petrobras explicou que, devido ao estado financeiro da empresa, o plano de investimento para 2015 e 2016 reserva 80% dos recursos para exploração e produção de petróleo e gás, o nicho mais importante da empresa.

A construção das refinarias do Ceará e Maranhão, disse Bendine, está descartada a curto prazo:

— Pelo menos nos próximos cinco anos, não temos capacidade de voltar a fazer tais refinarias. Está sendo discutida com os governantes locais uma compensação pelo impacto que isso trouxe para a economia.

Sobre o Polo Naval de Rio Grande, ele informou que as duas plataformas são vitais para a Petrobras. Ele não deu prazo para a retomada dos trabalhos, mas deu uma notícia positiva: a construção de navios-sonda no Estaleiro Rio Grande.

Respondendo a Garibaldi, Bendine falou sobre os campos, a refinaria e a termelétrica:

— Não vamos interromper algo que está produzindo e dando retorno para a empresa.

Em relação aos fertilizantes e a outros investimentos, voltou a lembrar que vai depender do novo plano de negócios, em elaboração.

— A empresa não vai parar. Vai continuar na ativa. Apesar de darmos foco à área de exploração e produção, o nosso *core business*, existem 20% voltados a outras áreas. Dentro de 30 a 40 dias, o plano de negócios ficará pronto e estaremos mais aptos a responder questões específicas.

Bendine anuncia esforço para recuperar R\$ 6,2 bi

O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, anunciou ontem que empregará “todos os esforços” para a recuperação de R\$ 6,2 bilhões reconhecidos pela estatal como propinas pagas por empresas do cartel investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público na Operação Lava-Jato.

Bendine foi questionado por 13 senadores das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI). A maioria abordou o balanço da semana passada, que apontou prejuízo de R\$ 21,6 bilhões em 2014.

Em resposta a José Medeiros (PPS-MT), Bendine disse acreditar na recuperação dos valores pela força-tarefa no Paraná e pelos “prováveis acordos de leniência” sob análise da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Outra perda, de R\$ 44,6 bilhões, decorre da desvalorização de ativos. Ronaldo Caiado (DEM-GO) questionou o fato de o balanço estimar metade da desvalorização divulgada pela gestão Graça Foster, de R\$ 88,6 bilhões. Bendine disse

que a metodologia usada era inadequada e foi recusada pela auditoria externa.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) perguntou por que a Petrobras é “tão dependente” de bancos públicos. O executivo afirmou ser “desprezível” essa participação no endividamento e disse que parte desses valores estão apenas autorizados para que, diante da necessidade de caixa, sejam contratados.

Cristovam Buarque (PDT-DF) indagou como será possível administrar a dívida (R\$ 351 bilhões) “com todas as dificuldades e o descrédito que a empresa ainda sofre”. Bendine disse ter crédito de financiadores locais e internacionais que acreditam na capacidade da empresa.

Ele reconheceu que a estatal passou por momentos difíceis por conta de “malfeitos” causados por atos isolados. Segundo ele, a Petrobras “é vítima do processo” e tem empregados comprometidos com um ideal.

— Queremos reforçar o compromisso de passar a limpo os malfeitos. O passado nos serve de lição. Não tenho

dúvida de que, doravante, a cada mês, trimestre e ano, haverá a retomada da geração de resultados e de valor. A Petrobras só precisa de um

voto de confiança — concluiu.

A audiência foi presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Balanço da Petrobras em 2014

Prejuízo em 2014 foi atribuído pela empresa a fatores como a redução de R\$ 44,3 bi no valor de ativos e perdas com corrupção no valor de R\$ 6,2 bi. Veja um resumo do balanço publicado pela companhia no dia 22 de abril:

Receita de vendas	2013	R\$ 304,9 bi	2014	R\$ 337,3 bi
Lucro/prejuízo	2013	+ R\$ 23,6 bi	2014	- R\$ 21,6 bi
Lucro/prejuízo por ação	2013	+ R\$ 1,81	2014	- R\$ 1,65 ↓
Valor de mercado	2013	R\$ 214,7 bi	2014	R\$ 127,5 bi ↓
Produção de petróleo e gás (em barris/dia)	2013	2,6 milhões	2014	2,7 milhões ↑
Endividamento de curto prazo	2013	R\$ 18,8 bi	2014	R\$ 31,6 bi
Endividamento de longo prazo	2013	R\$ 249 bi	2014	R\$ 319,5 bi
Endividamento total	2013	R\$ 267,8 bi	2014	R\$ 351 bi
Disponibilidades ajustadas	2013	R\$ 46,3 bi	2014	R\$ 68,9 bi
Endividamento líquido	2013	R\$ 221,6 bi	2014	R\$ 282,1 bi

Fonte: Petrobras

Deputados aprovaram ontem o projeto que simplifica regras para exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos. Das 23 emendas incluídas pelo Senado, 12 foram acatadas, incluindo a que proíbe empresas estrangeiras de remeter recursos genéticos ao exterior

Lei da Biodiversidade vai à sanção

O PLENÁRIO DA Câmara dos Deputados aprovou ontem 12 das 23 emendas do Senado ao projeto da nova Lei da Biodiversidade (PL 7.735/2014, do Executivo). Dessa forma, concluiu a votação da proposta, que simplifica as regras para pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos e para o uso dos conhecimentos indígenas ou tradicionais sobre eles. O texto será enviado à sanção.

A principal emenda aprovada proíbe empresas sediadas no exterior e sem vínculo com instituições nacionais de pesquisa de conseguir autorização para acesso ou remessa ao exterior de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.

Entre as emendas rejeitadas, estão aquelas que pretendiam permitir a consideração de qualquer elemento que agregasse valor ao produto acabado — produto oriundo de acesso ao patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado — como passível de gerar repartição de benefícios, uma espécie de royalty a ser pago por esse acesso. “A repartição de benefícios deve ocorrer quando realmente a biodiversidade brasileira for essencial ao novo produto”, afirmou o relator do projeto, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS). Segundo o relator, se a emenda fosse aceita, elementos secundários de certos



Rio no Pantanal (MS): autorização para pesquisas deve ser facilitada pela lei

medicamentos poderiam fazer com que fosse exigido o pagamento de royalties.

Acordo setorial

Outras duas emendas aprovadas especificam que a possibilidade de diminuição, para até 0,1% da receita líquida, do royalty devido ocorrerá por meio de acordo setorial somente quando se tratar de conhecimento tradicional associado de origem não identificável (que não pode ser objetivamente atribuído a determinada comunidade).

A Câmara aceitou ainda sugestão do Senado para incluir o agricultor familiar na definição de agricultor tradicional, aquele que usa variedades tradicionais locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética.

De acordo com o projeto,

haverá perdão de dívidas com multas por irregularidades em relação às regras anteriores se vinculado ao cumprimento de um termo de compromisso da regularização do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado em desacordo com as regras atuais.

Há vários valores de multas definidos em decreto, conforme a gravidade da infração, variando de R\$ 10 mil a R\$ 15 milhões para empresas.

Autorização prévia

Atualmente, o acesso à biodiversidade é regulado pela Medida Provisória 2.186-16/2001 e cabe ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético dar autorização prévia para o início das pesquisas, por meio de processo que leva tempo e exige grande documentação do pesquisador. Segundo o gover-

no, isso dificulta a pesquisa e o aproveitamento do patrimônio genético, assim como a repartição dos benefícios de produtos originados deles.

De acordo com o projeto, o royalty será de 1% da receita líquida obtida com a exploração de produto acabado ou material reprodutivo (sementes ou sêmen, por exemplo) oriundos de acesso ao patrimônio genético. A repartição poderá ser também não monetária, por meio de ações de transferência de tecnologia (como participação na pesquisa e intercâmbio de recursos humanos e materiais entre instituições nacionais e estrangeiras).

O texto que vai à sanção inclui os produtos agropecuários nas novas regras, especificando que o royalty será devido sobre a comercialização do material reprodutivo (como sementes) no caso geral de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado a atividades agrícolas. Já a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético de espécies introduzidas no país pela ação humana (soja, gado, cana-de-açúcar, por exemplo) será isenta do royalty.

A exceção é para a variedade tradicional local ou crioula, aquela cultivada por índios e comunidades e agricultores tradicionais e que é diferente dos cultivares comerciais.

Comissão aprova incentivos ao “cultivo verde” do cacau

Dois projetos aprovados ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA) incentivam o plantio de cacau em sistemas agroecológicos na Mata Atlântica e na Amazônia. As propostas agora vão para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O primeiro projeto (PLC 64/2013) institui os selos verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia, visando atestar a sustentabilidade e o interesse social e ambiental dos produtos. Os selos poderão ser obtidos por cultivos na Mata Atlântica e na Amazônia que seguirem um sistema que não prejudica as espécies nativas.

Para ter direito aos selos, os produtores deverão respeitar as leis trabalhistas e ambientais. O projeto foi apresentado pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) e recebeu voto favorável da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O outro projeto aprovado (PLC 100/2014) é do ex-



Vanessa Grazziotin, relatora de projeto que institui selos do cacau

-deputado Geraldo Simões e institui a Política de Estímulo à Cacaicultura no Sistema Cabruca. O texto prevê incentivos econômicos para manter áreas de cultivo do cacau nesse sistema, mas veda a retirada de remanescentes de vegetação nativa da Mata Atlântica.

Para se beneficiar, o produtor deve ter reserva legal averbada e áreas de preservação permanente protegidas.

O relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) destaca que o sistema cabruca é rudimentar, mas altamente preservacionista, devendo ser incentivado.

Audiência discutirá benefício para florestas plantadas

A criação de incentivos às florestas plantadas será o tema de uma audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Na mesma audiência deverá ser debatida a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ).

A participação da CMA foi confirmada ontem, com a aprovação de requerimento apresentado por Blairo Maggi (PR-MT).

Ele explicou que a IBÁ é uma associação que reúne empresas da cadeia produtiva de árvores plantadas, desde o campo até a indústria. A atividade tem sido uma importante fonte de emprego e renda.

O Ministério da Agricultura estima que a área de florestas comerciais passará dos atuais 6 milhões de hectares para 9 milhões de hectares até 2020.

Em debate no Congresso, novo acordo sobre clima

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas fará hoje uma audiência sobre a COP-21 e as possibilidades de negociação em torno de um novo acordo climático global.

Foram convidados para o debate no Congresso representantes do Observatório do Clima e dos Ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

A Conferência das Partes (COP) 21 será realizada em Paris no final deste ano.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE às 14h30

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

[Twitter: @agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

[TV: www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

▶ Taquígrafia:

<http://bit.ly/comissaoClima>

De acordo com Viana, nova norma protege Amazônia

Jorge Viana (PT-AC) disse que foi acertada a decisão da Câmara de aprovar a Lei da Biodiversidade.

O projeto retornou à Câmara depois de ter sido alterado pelo Senado. Viana afirmou que os senadores fizeram modificações importantes, apesar de os deputados não terem acatado todas as emendas. Das 23 votadas no Senado, 12 foram aprovadas na Câmara.

O projeto simplifica as regras para pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos e para o uso dos conhecimentos indígenas de forma a incentivar a produção de remédios, cosméticos e insumos agrícolas. Além disso, amplia as possibilidades de compensação das comunidades tradicionais que apresentem à indústria seus conhecimentos sobre o patrimônio genético.

— Com a lei, estão criadas condições para comunidades desenvolverem atividades econômicas verdadeiramente sustentáveis. Quanto mais desenvolvermos atividades sustentáveis, mais vamos evitar que a floresta seja destruída — disse o senador.

Telmário: governo vai agir contra aftosa em Roraima

Telmário Mota (PDT-RR) se disse satisfeito com o resultado de reunião com



a ministra da Agricultura e Pecuária, Kátia Abreu, para discutir problemas da agropecuária roraimense.

Ele destacou o compromisso da ministra para que Roraima, Amapá e Amazonas deixem, o mais rapidamente possível, a situação de médio risco de febre aftosa.

Segundo ele, devido ao risco da aftosa, os estados não podem vender carne para o exterior.

— Ela [a ministra Kátia Abreu] disse também que dia 30 de maio vai começar a fiscalização para ver o resultado total de vacinação, o cumprimento das exigências técnicas do ministério para serem retirados esses três estados do risco de febre aftosa.

Telmário informou que 41,7% das terras de Roraima já estão inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo termina em 6 de maio. Segundo o senador, a ministra reconheceu a necessidade de ampliar o prazo.

Projeto beneficia empresa que acessa cadastro positivo

Empresa que consulta banco de dados de adimplência pode ficar isenta de responsabilidade por informação incorreta que cause eventuais danos materiais e morais ao cidadão cadastrado

EMPRESAS QUE CONSULTAM o cadastro positivo — banco de dados com informações sobre a adimplência de pessoas físicas — poderão deixar de responder solidariamente por danos causados ao cadastrado. É o que prevê projeto (PLS 331/2011) do senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE) aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Em caso de informação incorreta que resulte em danos materiais e morais ao cadastrado, a Lei do Cadastro Positivo (Lei 12.414/2011) responsabiliza objetiva e solidariamente o gerenciador do sistema que

fornece informações ao banco de dados e os que acessam as informações, como empresas que concedem crédito, fazem vendas a prazo ou que realizam outras transações que impliquem risco financeiro.

Conforme explica o autor da matéria, as empresas consultam o cadastro para definir se concedem ou não o crédito, que “poderá ser negado sem qualquer justificativa, com base em informações obtidas em banco de dados, vez que a negativa consiste em direito potestativo [que não admite contestação] do concedente”.

Caso a informação sobre o cadastrado esteja incorreta, argumenta Armando, a res-

ponsabilidade só deve ser atribuída ao gestor do cadastro e à fonte da informação negativa a ele fornecida, e não às empresas que o consultam. Blairo Maggi (PR-MT), relator na CMA, concorda com o autor.

Em voto favorável, ele acatou emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para que constem do cadastro positivo informações sobre o adimplemento em relação a operadoras de telefonia móvel, na modalidade pós-paga, hoje vedadas pela lei.

A matéria foi aprovada em decisão terminativa e, se não for apresentado recurso para votação em Plenário, segue para a Câmara dos Deputados.



Jorge Viana conversa com o relator da proposta, Blairo Maggi, durante reunião da Comissão de Meio Ambiente

Comissão debaterá efeitos de 6 anos da Lei da Transparência

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) fará audiência pública para discutir os efeitos de seis anos de existência da Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009), que obriga União, estados, Distrito Federal e municípios a colocarem as contas na internet. O requerimento do debate foi aprovado ontem por iniciativa do autor do projeto que deu origem à Lei da Transparência, João Capiberibe (PSB-AP).

Serão convidados para o debate, entre outros, dirigentes de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU), a Procuradoria-Geral da República, a Advocacia-Geral da União e a OAB.

Foi também aprovado requerimento de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) solicitando ao TCU informações sobre a disponibilidade financeira das entidades integrantes do Sistema S.

Pinheiro lamenta deslizamentos de terra em Salvador

Walter Pinheiro (PT-BA) lamentou ontem as mortes em Salvador em decorrência de deslizamentos provocados pelas chuvas que começaram na noite de domingo e se estenderam até segunda-feira. Pelo menos 14 pessoas morreram.

O senador disse que a bancada baiana está se mobilizando para conseguir do governo federal recursos para atender os mais carentes e verbas para investimentos que permitam à cidade evitar novas tragédias.

— Acho que o aspecto agora é nos irmarmos todos numa expectativa, inclusive, de também criarmos soluções para que isso não se repita na cidade de Salvador. Além do alagamento, as dificuldades em todas as ruas, o que mais bateu duro em todos nós foi exatamente as vidas que foram ceifadas por conta das chuvas.



Walter Pinheiro/Agência Senado

Davi Alcolumbre cobra pavimentação da BR-210, no Amapá

Davi Alcolumbre (DEM-AP) cobrou do Ministério dos Transportes as obras de pavimentação da BR-210, que liga a região centro-oeste do Amapá à capital, Macapá.

O senador disse que 20% do orçamento do Amapá destinado aos investimentos têm origem na arrecadação tributária na região centro-oeste do estado, que é rica em minérios.

Apesar de toda a riqueza, a região ainda não conta com uma rodovia adequada para escoar a produção, lamentou Davi.

— Esse é um problema que se arrasta há anos. Por várias vezes, ainda como deputado federal, nós fizemos a gestão junto ao Ministério dos Transportes, junto ao Dnit, para que a gente possa ter essa rodovia concluída para atender os agricultores.



Davi Alcolumbre/Agência Senado

Valdir Raupp quer mais investimentos em infraestrutura

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu mais investimentos em infraestrutura. Ele afirmou que essa “agenda positiva” seria muito importante para o Brasil e para Rondônia. O senador frisou que o investimento pode gerar milhares de empregos.

Raupp disse que recebe com entusiasmo a notícia de que o governo está trabalhando em um novo pacote de concessões em infraestrutura, como modais de transporte e energia elétrica. Para ele, trata-se de uma medida correta.

— Essas novas concessões, sendo bem planejadas e bem executadas, fazem antever um cenário em que ganha o governo, ganha a iniciativa privada e ganha o povo brasileiro — disse o parlamentar.

Ele reconheceu alguns esforços do governo, mas observou que planos e projetos só são importantes se saírem do papel.



Valdir Raupp/Agência Senado

Caiado defende que União auxilie no transporte do Entorno do DF

Interesses em disputa inviabilizam a realização de um acordo ou convênio para resolver o problema da mobilidade urbana nas cidades do Entorno do Distrito Federal, segundo Ronaldo Caiado (DEM-GO).

— Estamos cansados de enxugar gelo e empurrar com a barriga — desabafou o senador, ao participar de audiência pública realizada ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O encontro discutiu as precárias condições do transporte coletivo utilizado anualmente por cerca de 32 milhões de passageiros que vivem em municípios vizinhos a Brasília e que todo dia se deslocam até a capital.

Caiado, autor do requerimento do debate, reagiu à sugestão do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos, que propôs convênio entre as prefeituras municipais envolvidas, os governos do DF, de Goiás e de Minas Gerais e a União.

— Se algum político for lá [aos municípios do Entorno] e disser que vai fazer isso [o convênio], não termina o discurso, tamanha a insatisfação da população — frisou Caiado.

Por outro lado, Bastos



Ronaldo Caiado/Agência Senado

Senador não crê em acordo entre governos para solução do problema

disse que a necessidade de uma solução conjunta para o transporte se deve à inviabilidade econômica do serviço, que, apesar de ser de ligação intermunicipal, se caracteriza como transporte urbano, com catraca e espaço para passageiros em pé.

Ismael Silva, também da ANTT, explicou que o serviço seria viável se fosse ponto a ponto, ou seja, da rodoviária da cidade do Entorno até a rodoviária de Brasília. No entanto, por falta de transporte dentro dos municípios, a empresa é obrigada a circular dentro da cidade para recolher passageiros, em vias precárias, reduzindo a vida útil dos veículos. Mas a ideia foi condenada por Caiado, que não acredita na convergência entre os governos.

— O transporte de um ponto do estado a um ponto do Distrito Federal não é a solução para nós. A região como um todo deve ser encampada pela União — defendeu.

Superintendência do Centro-Oeste será assunto em audiência

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove audiência pública hoje para exposição sobre os investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) na região nos próximos quatro anos.

A Sudeco foi extinta em 1990 e recriada pela presidente Dilma Rousseff, em 2011, para elaborar o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, dedicado à redução das desigualdades, ao incremento da competitividade da economia regional e à inclusão social.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

► Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

► Portal e Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

► Facebook:

[senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

► Twitter:

[@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

► TV:

www.senado.leg.br/TV

► Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoTurismo>

Em audiência ontem no Senado, Juca Ferreira criticou o atual modelo de fomento à cultura e afirmou que os recursos ficam concentrados em poucos estados e produtores. Senado analisa projeto que muda a lei

Lei Rouanet gera “pirâmide de privilégios”, diz ministro

O MINISTRO DA Cultura, Juca Ferreira, criticou duramente o atual modelo de fomento às atividades culturais, estruturado por meio da Lei Rouanet (Lei 8.313/1991). Em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem, ele disse que a legislação concentrou as aplicações basicamente na Região Sudeste e criou uma “pirâmide de privilégios”, com os recursos de patrocínio resultantes de incentivos fiscais ficando em mãos de poucos produtores.

— São sempre os mesmos que recebem. Não quero nem detalhar, para não fazer proselitismo contra determinadas organizações, até porque o problema não é deles, mas da própria lei — observou.

Para o ministro, é preciso “coragem” para mudar a atual legislação. Ao falar sobre projeto com essa finalidade (PLC 93/2014) em análise no Senado, ele pediu ajustes ao texto aprovado pela Câmara no fim do ano passado. Ferreira defendeu o restabelecimento da proposta do Executivo.

Entre as mudanças previstas, o texto, que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), inclui dispositivos para garantir a descentralização de recursos e aumenta os limites de dedução do Imposto de Renda para doações feitas a projetos culturais. Para pessoas físicas e jurídicas, o limite dedutível poderá chegar a 8% do imposto devido. Hoje, o limite é de 6% para pessoas físicas e 4% para pessoas jurídicas.

Para o ministro, a Lei Rouanet já cumpriu o papel que moti-

vou sua criação e agora está gerando distorções, a começar pelo reforço às desigualdades do país. Os dados sobre as captações para projetos culturais de 2014 mostram que São Paulo concentrou 42% do total geral de R\$ 1,3 bilhão, enquanto o Rio de Janeiro ficou com 25% e Minas Gerais, 10%.

Os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com raras exceções, ficaram com percentuais sempre bem abaixo de 0,1%. Alagoas, na pior posição, foi contemplado com apenas 0,002% dos recursos, o equivalente a R\$ 30 mil. Para o ministro, os números demonstram que o sistema de fomento herdado é uma lei “perversa”.

Sistema excludente

Um dos grandes problemas do sistema é que, segundo o ministro, o dinheiro deriva de impostos que o governo abre mão de cobrar das empresas patrocinadoras. Porém, quem em última análise decide sobre os projetos que receberão patrocínio, entre aqueles habilitados pelo ministério, são os

departamentos de marketing das empresas. A seu ver, as empresas não têm culpa, mas o sistema é injusto e excludente.

— Se uma empresa vai associar sua marca, vai fazer com quem pode fortalecê-la e então um artista criativo que esteja contrariando o gosto comum, um artista com reverberação nas camadas de baixo poder aquisitivo, não interessa. Será uma seleção perversa e, pior, usando dinheiro público.

A distribuição territorial dos recursos foi criticada por vários senadores. Antonio Anastasia (PSDB-MG) apelou ao ministro por uma solução provisória enquanto não se aprova a nova lei, pedindo que ele negocie com o governo um dispositivo que obrigue desde já as estatais a destinar patrocínios a todos os estados, em percentual equivalente à população.

— Que as empresas estatais, que alocam recursos expressivos na Lei Rouanet, já façam isso, por ato de vontade. Nem precisa de lei, basta um ato interno, com participação do ministério — disse Anastasia.



Ferreira pediu ao Senado ajustes no texto do Procultura, alterado na Câmara

PEC garante orçamento mínimo para cultura

A audiência, coordenada pelo presidente da CE, Romário (PSB-RJ), foi sugerida para que o ministro apresentasse as prioridades da pasta. Juca Ferreira aproveitou para solicitar apoio a outras propostas de interesse do ministério que tramitam no Congresso. Entre elas, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/2003, ainda em exame na Câmara, que define recursos mínimos para o orçamento da cultura. Seriam 2% das receitas no plano federal, 1,5% nos estados e 1% nos municípios.

— Tem países em que o percentual para a cultura é muito maior e 2% é o índice mínimo recomendado pelas Nações Unidas — argumentou.

O ministro vê necessidade de complementar a regulamenta-

ção do direito autoral. Segundo ele, já houve uma solução parcial, com aprovação de projeto na esteira dos debates ocorridos no âmbito da CPI do Ecad. Porém, ele lembra que há muitos aspectos pendentes, inclusive quanto à garantia de direitos aos autores em relação ao uso e ao comércio de suas obras no exterior.

Ferreira manifestou satisfação com a aprovação pelo Congresso do texto que originou a chamada Lei da Cultura Viva, a Lei 13.018, de 2014, que garante condições mais efetivas para o funcionamento dos chamados Pontos de Cultura, que se destinam a garantir o acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição de manifestações culturais criadas pelas próprias comunidades.

Segundo ele, desde 2004 já foram criados mais de 3,5 mil Pontos de Cultura no país e a ideia é chegar a 30 mil.

Roberto Rocha (PSB-MA) questionou o ministro sobre a preservação de sítios e monumentos de cidades históricas. O senador lembrou que São Luiz enfrenta dificuldades para manter íntegro seu patrimônio arquitetônico e que a cidade pode inclusive perder o título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela Unesco.

De acordo com o ministro, os recursos para restauração de sítios como esses cresceram nos últimos anos, chegando a R\$ 1,63 bilhão em 2015.

Questionado por Romário, Ferreira disse apoiar projeto que libera as biografias não autorizadas.

Nova Zelândia quer ampliar intercâmbio de estudantes

A Comissão de Educação (CE) fez ontem audiência pública com Steven Joyce, ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade da Nova Zelândia. Ampliar o intercâmbio entre universidades dos dois países, especialmente nas áreas de agricultura e meio ambiente, é um dos objetivos de Joyce, que é também titular das pastas de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Inovação.

— Acho que Brasil e Nova Zelândia concordam que educação é um passaporte para o sucesso no mundo moderno. Prover educação de qualidade para os cidadãos é uma das coisas mais importantes que o governo pode garantir — disse.

O ministro neozelandês também quer atrair mais estudantes do Brasil. Em 2013, 2.335 brasileiros escolheram o país para estudar. Segundo ele, a Nova Zelândia, que aderiu ao Programa Ciência sem Fronteiras, oferece oportunidades de intercâmbio em diversas universidades.

Ao responder perguntas de Romário (PSB-RJ) e Hélio José (PSD-DF), o ministro explicou que a maioria das escolas da Nova Zelândia é

mantida pelo governo e segue o mesmo currículo, mas goza de liberdade para aplicar métodos de ensino diferentes e conta com relativa autonomia financeira. De acordo com Joyce, a prática de esportes também é incentivada nas escolas de lá.

Fluxo comercial

O comércio de mercadorias entre os países ainda é modesto, com a balança comercial favorável ao Brasil. Além de estimular a cooperação em pesquisa, inovação e intercâmbio estudantil, o ministro neozelandês espera aumentar o fluxo comercial.

— Mais empresas da Nova Zelândia gostariam de atuar no Brasil. Qualquer coisa que o governo brasileiro possa fazer para simplificar a entrada delas seria proveitoso.



Ministro destaca ainda interesse de empresas neozelandesas no Brasil

Plenário aprova indicação de novo embaixador para a Bósnia e Herzegovina

O Plenário aprovou ontem a indicação do diplomata Manoel Antonio Gomes Pereira para a embaixada do Brasil na Bósnia e Herzegovina. A votação teve 59 votos favoráveis e 4 contrários.

Pereira chefiou diferentes divisões dentro do Itamaraty. Serviu em embaixadas em vários países e foi embaixa-

dor em Wellington, capital da Nova Zelândia, de 2007 a 2008, e cônsul-geral em Rotterdam, na Holanda, de 2008 a 2010.

Na sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o diplomata disse que a economia da Bósnia se encontra em período de transição, com desemprego de 44%.

Comissão ouve José Elito sobre questões de segurança nacional

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência se reúne, terça-feira, para escutar o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general José Elito Carvalho Siqueira.

Entre os temas que devem ser tratados pelo ministro, estão a tentativa de recrutamento de jovens no Brasil pelo Estado Islâmico; a situação da Política Nacional de Inteligência, que ainda não foi publicada pela presidente Dilma; e a existência de relatórios no Sistema Brasileiro de Inteligência que façam referência à presença de militares ou agentes de inteligência cubanos entre profissionais que vieram ao Brasil partici-

par do Mais Médicos.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) sugeriu a convocação do diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Roberto Trezza. A deputada Jô Moraes, presidente da comissão, também pediu audiência sobre as áreas de inteligência e os mecanismos de controle.



Ministro de Segurança Institucional participará de audiência na terça

Em audiência, representantes do Ministério Público e das faculdades particulares apontaram falta de transparência nas mudanças adotadas de última hora pelo governo

Debatedores criticam novas regras do Fies

O PROGRAMA DE Financiamento Estudantil (Fies) democratizou o ensino e possibilitou a chegada de milhões de estudantes à educação superior, mas precisava de regras mais rígidas. As mudanças impostas pelo Ministério da Educação, porém, não foram debatidas com a sociedade e ocorreram “de última hora” e de forma “pouco transparente”. Como resultado, podem prejudicar os estudantes mais pobres. Essa foi a tônica do debate de ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), sobre os novos limites impostos pelo governo ao programa que financia a educação superior.

A maioria dos participantes da audiência criticou o modo como o Ministério da Educação conduziu a alteração das regras, com pouca divulgação e pouco tempo para as faculdades particulares e alunos se ajustarem.

Publicidade

A procuradora da República Maria Cristina Manella chegou a afirmar que as portarias editadas pelo governo na virada do ano ferem a Constituição.

— Essas novas regras sobre a média aritmética das provas do Enem, antes zero e agora igual ou superior a 450 pontos, e a de redação, que não pode ser zero, instituídas em dezembro de 2014 e que passaram a valer em fevereiro de 2015, ferem frontalmente um dos princípios constitucionais: o da publicidade do ato administrativo, que impõe ao administrador o dever de dar ampla divulgação de seus atos — declarou.

Para ela, a observância ao princípio da publicidade não se restringe a mera



Cristovam (C) anuncia, em audiência na comissão, que preparará documento com sugestões

publicação do ato no *Diário Oficial da União* para ser validado. Só se alcança eficácia e legitimidade com o efetivo conhecimento do conteúdo por todos.

As mudanças foram tão polêmicas, conforme a procuradora, que o Ministério Público recebeu mais de 200 representações sobre o tema, quando foram ajuizadas ações civis públicas para garantir a prorrogação do período de renovação dos contratos.

Ela criticou a limitação do aumento das mensalidades das instituições de ensino ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), 6,41% no acumulado em 12 meses de 2014, pois não haveria amparo em qualquer ato normativo. Além disso, essa restrição afeta “barbaramente” a possibilidade de renovação dos contratos. Maria Cristina considerou absurda que a operação do Fies seja restrita a um site que funciona precariamente e a

demora no anúncio do prazo para o aditamento dos contratos em vigor.

“Sonho”

Elizabeth Guedes, da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), defendeu a imposição de barreiras para a obtenção do Fies, além de maior fiscalização das instituições. Mas afirmou ser preciso cuidado para não prejudicar quem mais precisa dos recursos: os estudantes mais pobres.

Ela disse haver casos de alunos de classe média alta com financiamento total dos cursos de medicina enquanto viajam para o exterior e trocam de carro. Os que mais recorrem ao Fies são pardos e negros (54,8%), que cursaram quase toda educação básica na escola pública, com renda familiar inferior a R\$ 1,9 mil (82%) e com pais que só têm até o ensino médio (80,8%). Esses estudantes são os primeiros da família

a ter acesso à educação superior. Para Elizabeth, “mexer demais” com o Fies é destruir a possibilidade dessa parcela da população realizar o sonho do ensino superior.

A mudança de regras em cima da hora e a pouca transparência têm levado instituições particulares a desistir do Fies, segundo a presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Amábilie Pacios. As escolas buscam fundos próprios para financiar os estudantes, em parceria com instituições financeiras.

— Vamos sair do Fies, vamos reduzir ao mínimo o número de bolsas dentro das nossas instituições — afirmou.

Ela criticou a postura do governo de culpar as faculdades privadas pela dificuldade no aditamento de contratos, sob o argumento de aumento das mensalidades acima do permitido. Amábilie afirmou que os reajustes não são “aleatórios”, são regulados por lei e obedecem a uma planilha de custos. Também disse que as instituições vão “buscar os direitos” dos alunos que fizeram vestibular em novembro, ainda sob as regras antigas, e que não conseguiram contratos pelo Fies.

O presidente da CCT, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que preparará documento com os pontos levantados na audiência e que talvez haja novos encontros para detalhar a política de financiamento estudantil. Ele leu dezenas de mensagens de internautas que participaram pelo e-Cidadania preocupados com o futuro do Fies. Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou a postura de “demonizar” as universidades particulares.

Entidades de estudantes afirmam que não foram chamadas para discutir as alterações nas políticas

Nara Teixeira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, classificou como “péssima” a qualidade de ensino de grande parte das universidades particulares. Ela considerou “absurda” a existência de instituições privadas que eram bancadas até 100% com verbas do governo federal, por contar só com alunos beneficiários do Fies ou de outros programas educacionais.

Patrique Lima, diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE), criticou a retroatividade das medidas. As novas regras só deveriam valer, segundo ele, para os pedidos feitos após o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015. Lima disse ser necessário

fiscalizar as atividades e a qualidade do ensino das instituições privadas. Já Ricardo Holz, da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, disse que o governo induziu, durante a campanha, os estudantes a pensar que haveria financiamento para todos e, depois, restringiu o acesso “sem qualquer transparência”. Conforme Holz, os alunos não foram chamados para discutir as novas políticas. Julliene Salviano, do Movimento em Defesa do Fundo de Financiamento Estudantil, afirmou que o governo deveria ter avisado sobre os cortes com antecedência, para que a população não contasse com o Fies para planejar os estudos.

Site para renovar contratos ficará mais ágil e novos financiamentos continuam suspensos, diz governo

O diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, Antônio Corrêa Neto, reconheceu a lentidão e a queda frequente no site que permite a renovação dos contratos do Fies, mas prometeu melhorias.

— O sistema ficará mais ágil e todos vão conseguir aditar seus contratos — disse.

A procura simultânea, “bem acima da média”, explica a baixa performance da página eletrônica do Fies. De 8 mil acessos simultâneos, em 2014, o volume subiu para 60 mil. Entretanto, Corrêa Neto confirmou que não será possível a assinatura de novos contratos em 2015. Lembrou que, com o

ajuste fiscal, os recursos para o setor foram reduzidos.

— Os investimentos do governo para a educação foram elevados nos últimos anos. Mas não dá pra resolver 500 anos em 5 anos ou em 50 — lamentou.

Enquanto houve recursos, o governo concedeu as bolsas. O diretor do FNDE disse que de 564 mil financiamentos concedidos entre 1999 e 2008, quando a gestão era da Caixa Econômica (com juros altos, baixos períodos de carência e curtos prazos de pagamento), o volume saltou para 732 mil somente em 2014, depois de condições mais favoráveis para estudantes carentes, como a não exigência de fiador.

Senado cria comissão para acompanhar greve no Paraná

O Plenário aprovou ontem a criação de uma comissão temporária externa para acompanhar os conflitos que vêm ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e dirigentes sindicais e estudantes, impedidos de assistir às sessões plenárias da instituição.

A comissão, a ser composta por cinco senadores, irá amanhã a Curitiba acompanhar a greve dos professores e a votação de projeto que prevê mudanças no fundo previdenciário. O requerimento para a criação do colegiado foi apresentado por Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Roberto

Requião (PMDB-PR).

— A situação no estado está muito grave. A Polícia Militar está cercado a assembleia e o Centro Cívico. Já temos relatos de violência e tudo indica que a situação lá vai piorar amanhã [hoje], quando o projeto vai ser votado e discutido — disse Gleisi.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Movimento dos professores é motivo do requerimento de Gleisi e Requião

Comissão da MP do Futebol define agenda

Série de audiências públicas com setor do futebol foi marcada para debater a Medida Provisória 671/2015, que deve ser votada logo, pois perde a validade em 17 de julho

A COMISSÃO MISTA que analisa a chamada MP do Futebol programou a realização de seis audiências públicas nas próximas três semanas para embasar a decisão final. A MP 671/2015 instituiu o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut). Trata-se de um programa de refinanciamento das dívidas fiscais dos clubes de futebol brasileiros. A medida provisória também criou a Autoridade Pública de Governança do Futebol (Apfut) para coibir má gestão no âmbito das entidades esportivas. O relator, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), garantiu que apresentará o relatório no dia 26 de maio. A comissão mista é presidida pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

Já na terça-feira a comissão fará audiência sobre o tema "Futuro do futebol" com estudiosos do esporte. No dia seguinte, receberá representantes da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf), de sindicatos de jogadores e de árbitros e do Bom Senso Futebol Clube (movimento independente criado por atletas).

No dia 12 de maio, serão ouvidos representantes de clubes da Primeira e da Quarta Divisões do Campeonato Bra-



Petecão (sentado) rodeado por senadores e deputados da comissão que discute a MP 671/2015, sobre gestão do futebol

sileiro e de clubes de futebol feminino. No dia 13, será a vez dos clubes da Segunda e da Terceira Divisões.

No dia 19, a comissão deve ouvir o ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) — especialista em direito desportivo — e o jurista Miguel Reale Júnior sobre a constitucionalidade de pontos específicos da MP.

A mesma audiência deverá contar com um representante do setor de loterias da Caixa Econômica Federal. Os deputados e senadores manifestaram interesse em saber mais a respeito da possibilidade de criar novas fontes de financiamento para os clubes.

A última audiência, no dia 20, contará com represen-

tes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Ministério da Fazenda. A comissão deve convidar o presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, e o ministro Joaquim Levy. Todas as audiências serão às 14h.

Debates estaduais

Outra decisão tomada foi a de autorizar deputados e senadores a promover ciclos de debates com os clubes de futebol de seus estados, em especial os pequenos times.

Apesar de destinada a discutir o plano de trabalho proposto pelo relator, a reunião da comissão teve manifestações críticas de alguns membros em relação ao conteúdo da MP e a alguns dos convidados para os debates. Zeze Perrella (PDT-MG), relator-revisor, acusou a

MP de promover ingerência estatal indevida nos assuntos dos clubes de futebol, que são entidades privadas, por meio das condições impostas para a adesão ao Profut.

— Tem que mandar prender o presidente do clube que aderir. É uma interferência direta do Estado, querem estatizar os clubes. O governo tem que se limitar a se preocupar com o parcelamento das dívidas, não com eleição [de clubes e federações]. Do jeito que está aqui, é suicídio para quem entrar — alertou.

O deputado Marcelo Aro (PHS-MG) disse que a comissão mista precisa trabalhar rápido, uma vez que a MP perderá a vigência no dia 17 de julho. Ele mostrou preocupação com temas paralelos ao

foco da medida, que, segundo o deputado, estão presentes no texto editado pelo Executivo.

— Vamos nos concentrar no que é principal: refinanciamento da dívida dos clubes e *fair play* financeiro. O que está no projeto e vai além disso já está prejudicando o debate. Já tem "jabuti" dentro da MP como ela está; se começarmos a discutir tudo que também caberia, não concluiremos os trabalhos — destacou.

Na contramão, o deputado Silvio Torres (PSDB-SP) argumentou que valeria a pena debater mais se for para chegar a uma decisão definitiva a respeito da modernização do futebol brasileiro. Ele lembrou que foi relator da CPI da CBF, em 2001, que investigou o contrato de patrocínio entre a confederação e a Nike, e propôs medidas de racionalização da gestão do futebol no Brasil. O relatório final não chegou a ser votado.

— Há anos tramitam no Congresso projetos que buscam moralizar o futebol e fortalecer os clubes. Na época da CPI, foi elaborado um projeto que previa responsabilização, modernização, abertura dos clubes para outros esportes. Estamos num momento decisivo para que se complete essa fase de tantos anos de debates — concluiu.

CBF pede apoio do Senado para mudar a medida provisória

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero, acompanhado de parlamentares e representantes das federações estaduais. Del Nero pediu o apoio do Senado para mudar a MP 671/2015.

A medida cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro.

Del Nero disse a Renan que o texto da MP 671, conforme foi editado, coloca em risco as participações dos clubes e da Seleção Brasileira em com-

petições internacionais, pode promover a queda de receita das agremiações e agride a autonomia constitucional dos clubes.

— Essa MP traz alguns detalhes que discutimos à exaustão, com muito conhecimento, para podermos ajustar o texto — afirmou.

Renan disse que a Casa legislativa está aberta para ouvir a sociedade e trabalhar leis que atendam os interesses da população.

— Estamos abertos para ouvir o cidadão, seja sozinho ou organizado em associações e representações — disse Renan.



Renan (centro, à dir.) recebe camisa da Seleção Brasileira das mãos do presidente da CBF, Marco Polo Del Nero

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado aprova revisão da dívida dos estados

Governo, porém, terá até 31 de janeiro de 2016 para aplicar o novo indexador, que alivia a situação financeira de governadores e prefeitos. Proposta volta para a Câmara

O SENADO APROVOU ontem o projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados e municípios (PLC 15/2015 — Complementar) com uma emenda que permite ao governo aplicar a nova regra até 31 de janeiro de 2016. O novo indexador havia sido aprovado em 2014, mas não foi colocado em prática porque o governo nunca o regulamentou. Com a emenda relativa ao prazo aprovada no Senado, o texto terá que voltar para a Câmara.

O projeto, como veio da Câmara, dava ao governo o prazo de 30 dias para trocar o indexador. O relatório de Marta Suplicy (PT-SP) era pela aprovação desse prazo. Para ela, a lentidão na regulamentação sufoca estados e municípios.

— Reafirmamos a urgência em se promoverem ajustes positivos nas finanças dos estados e do Distrito Federal, haja vista a grave situação financeira em que se encontram. Não podemos nos furtar da obrigação da

imediate troca do indexador das dívidas dos estados, conforme prevê o projeto, e rejeitar as emendas que prorrogam o prazo de início da medida.

O texto, porém, acabou sendo aprovado com a prorrogação do prazo prevista numa emenda de Walter Pinheiro (PT-BA), elaborada com outros senadores. Segundo ele, os estados não perdem.

A emenda prevê que a União concederá descontos sobre o saldo devedor das dívidas com base no novo limitador da evolução da dívida, a taxa básica de juros (Selic). O que os estados tiverem pago a mais será devolvido em 2016. Além disso, nada impede que o governo, se houver folga de caixa, efetive a mudança do indexador antes de 2016.

— O texto da emenda diz que o processo tem de se dar até 31 de janeiro de 2016. Portanto, começa imediatamente. No dia 31 de janeiro, a União terá de encerrar todo e qualquer tipo de tratativa, ou seja, terá de



Senadores durante a votação no Plenário do projeto que trata da dívida dos estados e dos municípios com a União

cumprir — explicou Pinheiro.

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), no entanto, o texto não fixa prazo nem cria condições para esse ressarcimento.

Regras

A mudança no indexador das dívidas com a União é uma reivindicação antiga de estados e municípios. O valor devido

chega a crescer até 20% ao ano. Com a aprovação do texto, até janeiro de 2016, o governo terá que rever os contratos e substituir o atual indexador, Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, os juros serão reduzidos dos atuais 6% a 9% ao ano para 4% ao ano.

Quando a fórmula IPCA mais 4% ao ano for maior que a variação acumulada da taxa Selic, a própria taxa básica de juros será o indexador. Isso evita que a soma dos encargos fique muito acima dos juros do mercado, como ocorre hoje.

O adiamento do prazo para a aplicação foi um pedido do governo, em nome do ajuste fiscal. A mudança no indexador, segundo o Ministério da Fazenda, poderia gerar uma perda de R\$ 3 bilhões ao governo federal neste ano.

Senadores, especialmente da oposição, criticaram a aprovação do texto com a prorrogação do prazo sugerida pelo governo. Aécio Neves (PSDB-MG) disse considerar que o Executivo não está cumprindo a palavra. Para ele, o novo indexador

traria um alívio aos estados e municípios e deveria estar em vigor há tempos.

— Queremos a vigência do novo indexador imediatamente, como propunha a própria presidente da República. É preciso que aqueles que nos acompanham compreendam que essa matéria talvez tenha sido, de todas, a mais debatida ao longo dos últimos anos. As idas e vindas, os acordos feitos e desfeitos pelo governo foram inúmeros — acusou.

A relatora acatou o conteúdo de um projeto de José Serra (PSDB-SP) que permite a estados e municípios o uso, como receita, de parte dos depósitos judiciais e administrativos de processos em andamento (PLS 183/2015). O reconhecimento de parte desses valores como receita corrente, argumenta Serra, é uma forma de aumentar a arrecadação a um custo baixo, em vez de captar recursos no mercado a juros altos.

— Estamos dando aqui no Senado um impulso muito grande aos estados e municípios para enfrentarem uma situação muito difícil como a de hoje, do ponto de vista econômico e financeiro — disse.

Discussão já está “pacificada”, afirma Levy

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse no Senado que a discussão sobre o novo indexador da dívida dos estados está “pacificada”, a partir do momento em que os municípios de São Paulo e do Rio concordaram em adotar o novo índice apenas em 2016.

— Não altera nada a situação dos estados. Tinha um impacto apenas em algumas grandes cidades. Rio e São Paulo entenderam a importância do ajuste e são as únicas realmente afetadas, mas postergaram a adoção do novo índice para 2016 — afirmou.

Outro tema tratado durante a reunião de Levy com o

presidente do Senado, Renan Calheiros, foi uma nova legislação para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no entender do ministro, fundamental para o pós-ajuste com a retomada dos investimentos em infraestrutura nos estados.



Ministro Levy: “São Paulo e Rio entenderam importância do ajuste”

— Quase todos os secretários de Fazenda defendem uma trajetória de convergência nas alíquotas do ICMS. E, pelo que eu venho conversando, muitos senadores também apoiam.

Mas o ministro pediu que a emenda que permite aos estados terem acesso aos depósitos judiciais seja tratada com “muita cautela”. O acesso a esses depósitos possibilitaria aos estados e municípios obter R\$ 21 bilhões.

— Esses recursos são utilizados no Plano Safra. É preciso uma análise técnica de risco muito criteriosa também para não expor nenhuma instituição financeira.

Prazo favorece ajuste fiscal do governo, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ser favorável ao adiamento para 31 de janeiro de 2016 do início de vigência das regras com o novo indexador das dívidas com a União. Ele reconheceu a dificuldade de estados e municípios, mas afirmou que, se as regras atuais forem adotadas imediatamente, o governo federal terá problemas para implementar o ajuste fiscal.

No caso de Rondônia, disse, as regras com os novos índices farão com que o estado tenha R\$ 72 milhões a mais por ano — 8% da receita líquida estadual.

— Essa renegociação, em novos patamares, dará um pouco de fôlego para investimentos de Rondônia em infraestrutura, educação, saúde, estradas.

Segundo Bauer, partilha de recursos só beneficia União

Paulo Bauer (PSDB-SC) lamentou a concentração de recursos nas mãos da União. Segundo o senador, são poucos os prefeitos que buscam recursos com o governo federal e conseguem sucesso. Ele disse que esse modelo de concentração é perverso e prejudica os municípios, os estados e o país.

O senador disse que a grande insatisfação do povo com o governo pode ser conferida diariamente nos meios de comunicação.

— O governo federal parece uma coisa do outro mundo, distante, que não escuta, não entende, não compreende e não quer fazer o que o povo brasileiro espera — lamentou o senador.

Medo fez presidente cancelar fala na TV, avalia Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a decisão da presidente Dilma Rousseff de cancelar seu pronunciamento em rádio e TV no Dia do Trabalho se deve ao medo de um novo panelaço. Aloysio opinou que, desta vez, “as panelas serão poupadas”, mas advertiu que o povo encontrará outras formas de expressar “sua profunda insatisfação e irritação”.

Para ele, Dilma não teria o que dizer: — Vai dizer que ela se enganou quando disse que a situação fiscal era sorridente, otimista, durante a campanha eleitoral, para logo depois da eleição vir com um pacote de ajustes que castiga o trabalhador, subtraindo-lhe direitos? O que ela vai dizer?

Ataídes: de olho em 2018, Lula quer se descolar de Dilma

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter feito afirmações contraditórias em relação à presidente Dilma Rousseff e avaliou que Lula age assim porque quer dissociar sua imagem da imagem da presidente para tentar voltar ao poder nas eleições de 2018.

O senador argumentou, no entanto, que tudo o que a presidente Dilma tem feito de errado é culpa de Lula, porque ela tem seguido a cartilha do ex-presidente.

— Você [Lula] agora quer descolar a sua imagem da presidente Dilma para voltar em 2018, como salvador da pátria. Mas você não é o Sassá Mutema. Você está mais para Odorico Paraguaçu. Desta vez, ex-presidente Lula, seu plano não vai funcionar.

Iniciativa de Ataídes Oliveira, comissão pode investigar denúncias de julgamentos manipulados e redução de multas, mas depende de confirmação de assinaturas de apoio

Lido em Plenário pedido de CPI sobre fraude em recursos fiscais

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, leu ontem em Plenário o pedido para a criação de CPI para investigar denúncias de fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O requerimento, com 40 assinaturas, foi protocolado por Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Os senadores teriam até a meia-noite para retirar ou acrescentar assinaturas.

A partir desse prazo, se confirmado o número mínimo de 27 assinaturas, os líderes partidários terão cinco dias para indicar os representantes na comissão, que terá 11 assentos. Caso as indicações não sejam feitas no prazo, caberá à Presidência do Senado preencher as vagas ainda em aberto.

O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda no qual os contribuintes podem contestar administrativamente multas aplicadas pela Receita



Ataídes Oliveira (E, em primeiro plano) apresentou requerimento que obteve o apoio de outros 39 parlamentares

Federal. A Polícia Federal, por meio da Operação Zélotos, investiga denúncia de que empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores públicos e conselheiros do Carf operavam esquema de manipulação de julgamentos, além de reduzir a cobrança de impostos.

A investigação já comprovou prejuízos de R\$ 6 bilhões

aos cofres públicos, mas auditores envolvidos na operação avaliam que a fraude pode ultrapassar R\$ 19 bilhões.

Logo após a confirmação da CPI do Carf, o líder do PSDB, senador Cássio Cunha Lima (PB), informou que está protocolando o pedido de criação de outra comissão parlamentar de inquérito, desta vez para investigar os

investimentos dos fundos de pensão de empresas estatais.

Anteriormente articulada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ana Amélia (PP-RS), a CPI dos Fundos de Pensão havia chegado perto de sair do papel no início de abril, entretanto um grupo de senadores retirou as assinaturas e inviabilizou o requerimento.

Otto Alencar defende extinção do conselho acusado de corrupção

Otto Alencar (PSD-BA) sugeriu a extinção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), entidade ligada ao Ministério da Fazenda que julga recursos apresentados contra a cobrança de tributos da União. O conselho, explicou, tem 72 integrantes, sendo metade indicada pelo governo e metade, por grandes empresas. A vice-presidente, por exemplo, é advogada do Bradesco, disse.

Para ele, a composição serve para evitar que as grandes empresas paguem os tributos. Segundo Otto, 780 empresas devem R\$ 357 bilhões, entre elas Bradesco, Itaú, Santander, Ford e Chevrolet. Por outro lado, comparou, 93 mil pequenas empresas devem cerca de R\$ 5 bilhões.

— Bastava o conselho cobrar 20% dessas grandes empresas e estaria feito o ajuste fiscal — protestou.

Projeto que moderniza Lei Geral dos Orçamentos tramitará em separado

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) para separar projeto dele de outras propostas que tramitavam junto com o texto que atualiza a Lei Geral dos Orçamentos.

O PLS 229/2009 — Complementar estabelece normas sobre finanças públicas (planejamento, orçamento, execução orçamentária e controle) tendo por base o princípio da responsabilidade. Altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e revoga a Lei de Orçamento,



de 1964.

— Esse é um projeto que, ainda no meu outro mandato, trabalhei três a quatro anos com técnicos para montar toda a estrutura de uma peça orçamentária, planejamento, gestão dos recursos orçamentários de acordo com o que há de mais moderno no mundo inteiro. E ele foi apensado a vários outros projetos e não vai para votação — argumentou Tasso.

Desapensada, a matéria voltará a ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Adiada para hoje votação da MP que destina R\$ 30 bilhões para o BNDES

O presidente do Senado, Renan Calheiros, transferiu para hoje a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/2015, que estava marcada para ontem.

O adiamento se deveu a questão levantada pelo líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB). Ele afirmou que teria de ser votado antes o projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados e municípios (PLC 15/2015 — Complementar), que havia sido iniciada na semana passada.

Em seguida, o Plenário reto-

mou a votação do projeto que trata das dívidas estaduais.

Oriundo da Medida Provisória (MP) 661/2014, o PLV 2/2015 será o primeiro item da pauta de votações de hoje.

A proposta abre R\$ 30 bilhões de crédito em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES).

Ela prevê também o refinanciamento parcial das dívidas feitas por caminhoneiros para comprar veículos.

Além disso, a MP abre a possibilidade de que os trabalhadores aumentem o limite de descontos autorizados nas folhas de pagamento.

CMO deve eleger vice-presidentes e escolher relatores

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para hoje as reuniões previstas para ontem. A reunião de líderes será às 13h e a reunião da comissão, às 14h. O objetivo é eleger os três vice-presidentes e definir os relatores setoriais do Orçamento da União para 2016.

A presidente da comissão, Rose de Freitas (PMDB-ES), propôs a ampliação de 10 para 20 no número de relatores setoriais. Para ela, haveria um ganho no debate.

Comunicação do Senado

É fácil se informar

Os **veículos de comunicação do Senado** cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: www.senado.leg.br/noticias

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.

